

Documentos fundadores do Arco Maior (nº 2)

Breve descrição do Arco Maior

O contexto

As quase duas centenas de jovens, sinalizados pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (CPCJ), que anualmente se encontram, no Porto, fora dos sistemas de educação e formação, sem qualquer resposta educativa e formativa, motivaram a mobilização de um conjunto de estruturas e de instituições sociais, no sentido de encontrar uma resposta que assegure a sua integração escolar, profissional e social. Não obstante concordarmos com a necessidade de revisão do modelo de atuação que gera esta “exclusão”, evitando que se repitam estas situações, também concordamos na necessidade de lhes fazer face, evitando o pior, o mais caro e até o irreparável. A cidade do Porto não pode continuar a deixar “escapar” por entre as malhas dos sistemas de educação, formação, apoio e proteção social tão elevado número de adolescentes e jovens, com tantas e graves consequências humanas e sociais.

O projeto

O projeto socioeducativo *Arco Maior* destina-se, assim, a todos os adolescentes e jovens excluídos ou que se excluam dos sistemas formais de educação e formação, sem terem completado o 6º e o 9º ano, preferentemente, com idades compreendidas entre os 15 e os 18 anos, podendo acolher também jovens com idades superiores, no grupo entre os 18 e os 24 anos.

Este projeto destina-se a dar a cada um deles uma outra oportunidade socioeducativa, assegurando-lhes um plano de formação ajustado à sua dimensão e às suas necessidades, com ritmos, tempos e metodologias adequados, em função das características pessoais e do nível de conhecimentos de partida. Os seus objetivos principais consistem em assegurar a inserção escolar e/ou socioprofissional destes jovens, viabilizando, sempre que possível, o regresso aos espaços formais de educação e de formação e, paralelamente, assegurar a certificação da educação básica de 6º e 9º ano, conforme os casos.

Trata-se, por isso, de uma resposta socioeducativa temporária de aprendizagem e certificação escolar e de re-inserção educativa e socioprofissional, ou seja, será sempre uma resposta de transição. Dito por outras palavras, as instituições envolvidas entendem que este projeto não visa criar qualquer “escola paralela” às existentes na cidade, mas ser esse espaço, lugar e tempo de mediação e de passagem, da exclusão para um modo responsável e ativo de inclusão.

Os alunos

Inicialmente, o Ministério da Educação limitou-nos no “recrutamento” dos jovens e tivemos que nos dirigir para um grupo de jovens mais velhos e para o modelo “Curso

EFA-Educação e Formação de Adultos”. Os jovens que se acolheram no ano 2013/14, 20 jovens, e no segundo ano 2014/15, 28 jovens, e que já tinham abandonado as escolas, sendo maiores de 18 anos, foram “identificados” pelas CPCJ, por várias instituições de solidariedade social da cidade e ainda pelas escolas. Vivem preferencialmente na zona ocidental da cidade, local onde se situam as primeiras instalações cedidas pela SCMP- Santa Casa da Misericórdia do Porto (ao Carvalhido).

O currículo

Áreas de formação	B2				Total	B3				Total
	A	B	C	D		A	B	C	D	
	Linguagem e Comunicação	25	25	25	25	100	50	50	50	50
Língua Estrangeira 1	25	25*			50	50	50*			100
Matemática para a Vida	25	25	25	25	100	50	50	50	50	200
TIC	25	25	25	25	100	50	50	50	50	200
Cidadania e Empregabilidade	25	25	25	25	100	50	50	50	50	200
Aprender com Autonomia	40				40	40				40

Com base num diagnóstico rigoroso das aprendizagens escolares, dos saberes práticos e das competências sociais de cada adolescente e jovem, é elaborado um plano de desenvolvimento pessoal, acompanhado por cada docente e por todos eles, num trabalho cooperativo (com base no modelo “EFA”). As áreas nucleares da formação são: Língua Materna, Matemática, Cidadania e Empregabilidade e Práticas Oficiais e estas desdobram-se em Restauro, Restauração, Artes e Ofícios e TIC-Multimédia. A formação completa-se com outras aprendizagens que visam favorecer a autonomia e a inserção social, como a realização de visitas e estágios em instituições acolhedoras da cidade. Aos jovens serão proporcionadas, na medida do mérito, certificações escolares referentes ao 6º e ao 9º anos.

As instituições

Uma primeira tendência das instituições da cidade foi a de fazer nascer o projeto centrado nas suas próprias capacidades institucionais, fora do quadro do MEC, tentando assim escapar à rigidez com que este desenvolve as suas propostas educativas. Mas, posteriormente, entendemos que seria fundamental que o MEC, corresponsável por um primeiro percurso falhado, fosse igualmente corresponsável por um segundo, que, em novos moldes, pudesse vir a ter sucesso.

Assim, após um acordo estabelecido com o Ministério da Educação e Ciência-MEC, que nos articulou com o AE Rodrigues de Freitas e com os seus docentes (oito, com afectações horárias diversas ao Arco Maior) e que nos concedeu dois professores a tempo inteiro para a direção quotidiana do projeto, o projeto está a ser desenvolvido com a intervenção direta da Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa-Porto (UCP) e da Santa Casa da Misericórdia do Porto (SCMP), designadas como “instituições responsáveis” diante do MEC, e conta com o apoio do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP-Porto).

Outras instituições da cidade já aderiram, com destaque para a Fundação Manuel António Mota (Mota-Engil). O projeto foi já apoiado neste seu arranque pela Fundação PT, pela Junta de Freguesia de Lordelo do Ouro-Porto, pela Escola Profissional Profitecla-Porto, pela Escola Profissional Centro de Estudos da Pedra-Porto, pela Associação dos Pupilos do Exército-Lisboa, pelas empresas J. Pinto Leitão, Joaquim Carneiro-Lordelo e pela Fundação de Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto, pela Fundação Manuel Leão. A seu tempo vão juntar-se outras instituições, como já acontece para a realização de estágios com a Fundação de Serralves, a Casa da Música, o Museu Nacional Soares dos Reis, a Fundação José Rodrigues. Muitos portuenses, a título pessoal têm fornecido diversos materiais, equipamentos e donativos.

A coordenação e os contactos

A coordenação técnica e científica está assegurada pelo Professor Joaquim Azevedo, da UCP, que se articula com o Dr António Tavares, Provedor da SCMP, para a gestão administrativa e financeira, enquanto as duas “instituições responsáveis” diante do MEC, e com os docentes Antero Afonso e Isabel Lagarto, destacados pelo MEC para a identificação e o acompanhamento dos alunos, quer para a lecionação quer para a direção executiva do projeto. O projeto decorre em instalações provisórias cedidas pela SCMP, no largo do Carvalhido (Rua da Prelada, 131), e os contactos provisórios devem ser feitos para Joaquim Azevedo (jazevedo@porto.ucp.pt) ou para UCP-Arco Maior, Rua da Prelada, 131, PORTO.

A avaliação

O projeto Arco Maior tem sido acompanhado e avaliado pela UCP e as “instituições responsáveis” comprometeram-se a elaborar um relatório de avaliação para o MEC sobre o primeiro ano de trabalho, o que foi entregue.

Joaquim Azevedo

Novembro 2014

Cidade dos outros

Uma terrível atroz imensa

Desonestidade

Cobre a cidade

Há um murmúrio de combinações

Uma telegrafia

Sem gestos sem sinais sem fios

O mal procura o mal e ambos se entendem

Compram e vendem

E com um sabor a coisa morta

A cidade dos outros

Bate à nossa porta

Sophia de Mello Breyner Andresen

in Geografia - Edições Salamandra, 1990